



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRIMEIRO: o Estado Português, através da **Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)**, com sede na Rua da República, número 133, em Mirandela, Pessoa Coletiva N.º 600000354, representada por Manuel José Serra de Sousa Cardoso, na qualidade de Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, com poderes bastantes para o ato, doravante designada por **Primeiro Outorgante**

E

SEGUNDO: **José Artur Magalhães Saraiva de Aguiar**, com o Numero de Identificação Fiscal 115108262, com escritório na Praça Diogo Cão N.º 2, 5000-599 Vila Real, do CC n.º 13974889, válido até 30/01/2028, com poderes bastantes para este ato, doravante designado por **Segundo Outorgante**

Tendo em conta:

- a) A decisão de adjudicação por despacho de 21/05/2018, do Sr. Diretor Regional, por dispor de competência própria para a decisão de contratar;
- b) O subsequente ato de aprovação da minuta do contrato, precedida de convite, em conformidade com o caderno de encargos e nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, documentos que ficam arquivados junto do presente contrato.
- c) A dispensa da prestação de caução, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que:

O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Primeiro Outorgante, com o n.º de compromisso AE51800555, com a Classificação Económica 01.01.07.00.00 e FF 111.

Os pagamentos previstos no presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.



Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviços pelo Segundo Outorgante ao Primeiro Outorgante, de acordo com o caderno de encargos e a proposta elaborada pelo Segundo Outorgante, no âmbito do Procedimento de Ajuste Direto com a designação “ADG-05/2018 **“Contratação de Serviços na Modalidade de Avença, de Apoio Jurídico aos Organismos e Serviços da DRAPN”**”, realizado nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e Declarações de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro.

Cláusula 2.ª

Gestor do contrato

De acordo com o disposto no art.º 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos (CCP), os gestores do contrato por parte do primeiro outorgante é a Diretora de Serviços de Administração, Adília Josefina Ribeiro Domingues.

Cláusula 3.ª

Preço Contratual

O valor do presente contrato é de **600,00€ (seiscentos euros) /mensais**, acrescidos de IVA.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução

1 – A relação contratual tem início no primeiro dia útil seguinte ao da publicitação do contrato no portal da Internet dedicado aos contratos públicos e, manter-se-á em vigor até **31 de dezembro de 2018**, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada através da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, em conformidade com o caderno de encargos e os respetivos termos e condições dispostas na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação da relação contratual.

Cláusula 5.ª

Pagamentos



O pagamento será efetuado mensalmente, devendo o prestador de serviços apresentar os respetivos recibos verdes eletrónicos (fatura-recibo).

Cláusula 6.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual pelo primeiro outorgante, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.

Cláusula 7.ª

Local da prestação de serviços

A prestação de serviços referente ao presente contrato será realizada nas instalações do adjudicatário, sita na Praça Diogo Cão n.º 2, 5000-599 Vila Real, nas instalações da entidade adjudicante, ou qualquer outro lugar por esta indicado.

Cláusula 8.ª

Documentação

O Segundo Outorgante entregará ao primeiro outorgante os trabalhos executados e, referentes ao presente procedimento.

Cláusula 9.ª

Caução

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do Artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução por parte do segundo Outorgante.

Cláusula 10.ª

Sigilo

O Segundo Outorgante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade do Primeiro Outorgante, bem como dos resultados dos seus trabalhos, mesmo após a sua conclusão, até ao termo do prazo de 15 (quinze) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato.

Cláusula 11.ª

Cessão da posição contratual



A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.ª

Resolução do contrato

- 1 – O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Primeiro Outorgante poderá resolver o contrato quando ocorrer falta de cumprimento da prestação de serviços, de acordo com o previsto no n.º 2 da cláusula 16.ª. do caderno de encargos.

Cláusula 13.ª

Foro Competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 14.ª

Documentos contratuais e prevalência

- 1 – Fazem parte integrante do presente contrato:
 - o caderno de encargos;
 - a proposta adjudicada;
- 2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros.

Cláusula 15.ª

Disposições finais

- 1 – O procedimento por Ajuste Direto relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho de 2018-05-14 do Senhor Diretor Regional.
- 2 – Não se verificaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.



3 – Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Advogados e respetiva Cédula profissional, documento comprovativo de ter efetuado um seguro que garanta a reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais e, Declaração Modelo II anexo ao CCP.

Este contrato foi celebrado em duplicado, no dia 11 de junho de 2018, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

O Primeiro Outorgante:

Manuel José Serra de Sousa Cardoso

O Segundo Outorgante:

José Artur Magalhães Saraiva de Aguiar

J. S. AGUIAR
ADVOCADO
Cont. N.º 113 168 262
Praça Diogo Cão, n.º 2 - Vila Real
Telf. 259 227 212 e 259 227 201